DINÂMICA INDUSTRIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: UMA ANÁLISE DO PERÍODO 2000-2015

Danilo Severian[1]

1 INTRODUÇÃO

A dinâmica da ocupação territorial da indústria é um componente fundamental para a compreensão do comportamento do emprego e da renda no país, sendo este setor um indutor dos polos de aglomeração produtiva e dos processos de urbanização. Compreender essa dinâmica ajuda a entender a *distribuição funcional* da renda e as complexidades e desigualdades inter e intrarregionais daí resultantes.

Entendendo o setor industrial como o de maior potencial extensivo no encadeamento produtivo *a jusante* e *a montante*, gerando, na média, empregos de melhor qualidade e remuneração e maior efeito multiplicador sobre o emprego e a renda, faz-se de especial relevância compreender a capilaridade da indústria no território e suas tendências de ocupação, com o objetivo tanto de subsidiar o planejamento eficiente para as regiões quanto de encontrar alternativas que tragam maior homogeneidade nas condições socioeconômicas do Brasil. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento econômico é *setor-específico,* ou seja, ocorre quando as economias nacionais atingem determinado grau de desenvolvimento industrial, sendo este o principal responsável pela geração de inovações que beneficiam o próprio setor e os demais – elevando, assim, a produtividade geral da economia.

O trabalho seminal de Wilson Cano (1998) apontou para a hegemonia de São Paulo como núcleo do processo de industrialização do país, respondendo, já em 1929, por 37,5% da indústria de transformação, chegando a 58,1% em 1970 (Cano, 2007, p. 36). Nesse mesmo ano, somente a cidade de São Paulo respondia por 24% do emprego industrial, enquanto sua Região Metropolitana (RM) respondia por 34% (Diniz e Crocco, 1996, p. 81).

Essa hegemonia industrial de São Paulo, ao encontrar seu pico no ano de 1970, inicia um lento movimento de desconcentração, induzido pelo "milagre econômico" e pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), em que a maior parte dos investimentos realizou-se

---

1. Economista pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestrando no Programa de Pós-Graduados em Economia Política da PUC-SP. Bolsista de pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.

fora dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro (Cano, 2007, p. 22). Esse movimento pode ser parcialmente atribuído à importância dada pelos militares à doutrina da "segurança nacional", buscando a integração do território por meio de elevados investimentos públicos, impulsionando os investimentos privados via subsídios, incentivos fiscais, reservas de mercado, entre outros, promovendo, assim, a consolidação do mercado interno por meio de cadeias produtivas complementares e integradas inter-regionalmente.

Dessa maneira, o crescimento industrial e a participação da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) no produto interno bruto (PIB) entre 1970 e 1985 foram relativamente menores ao observado em outras regiões do país, embora estas fossem complementares e integradas àquela (Abdal, 2017, p. 109).

Este ensaio busca compreender o movimento das indústrias e do emprego na RMSP, analisando em que medida a dinâmica industrial e as transformações estruturais da cidade de São Paulo impactaram os municípios de sua RM entre os anos 2000 e 2015. O emprego industrial é usado como a variável privilegiada para entender o dinamismo econômico da região, lançando-se mão dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), a cargo do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

2 CRISE DO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO E DESARTICULAÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL ENTRE 1980 E 1990

O período que se iniciou nos anos 1930 até meados de 1980 veio a configurar a estratégia do projeto *nacional-desenvolvimentista*, marcado pela forte atuação do Estado na promoção da industrialização por substituição de importações. A partir da segunda metade dos anos 1980, as prioridades da política econômica deixaram de ser a industrialização e os incentivos ao investimento e centraram-se nos planos de estabilização monetária e controle fiscal. Em contexto de aguda crise fiscal, o Estado viu-se estiolado quanto à sua atuação como agente ativo e indutor dos investimentos.

A ausência de protagonismo do setor público na formação bruta de capital fixo (FBCF) na segunda metade dos anos 1980 afetou sobremaneira os investimentos privados industriais, "sobretudo [no] núcleo da dinâmica industrial – o parque produtivo de São Paulo – que estagnou, diminuindo os efeitos impulsionadores da desconcentração industrial" (Cano, 2007, p. 24).

Nos anos 1990, em decorrência das medidas de abertura comercial e financeira da economia brasileira, sob inspiração do ideário neoliberal, a atuação estatal restringiu-se, agravando simultaneamente o quadro da indústria e da dinâmica regional da economia. A liberalização econômica exacerbada expôs o excessivamente protegido setor industrial nacional ao mercado externo, em condições desiguais de competitividade. A exitosa política de estabilização monetária implementada com o Plano Real, em 1994, ancorou a moeda nacional ao dólar, valorizando fortemente o câmbio e elevando as taxas de juros; intensificou a abertura do país ao fluxo internacional de capitais; e promoveu um amplo programa de privatizações, a preços questionáveis, comprometendo-se na garantia de remessas externas em moeda forte aos compradores estrangeiros, que, no caso das empresas de serviços, como de telefonia e energia elétrica, faturavam em moeda local. Esta combinação de fatores pode ser considerada temerária em muitos aspectos, sobretudo quanto ao estrangulamento das reservas internacionais (o que de fato ocorreria em 1999, com a crise cambial), mas que

também teve como corolário a deterioração das exportações industriais brasileiras, um crescente déficit comercial no setor e a desarticulação das cadeias produtivas locais, com a penetração das importações tanto para bens de consumo quanto para bens de capital e intermediário, criando lacunas que ajudaram a tornar rarefeitas as conexões regionais da indústria.

Integrado ao mundo globalizado, o setor incorporou as inovações tecnológicas da Terceira Revolução Industrial, capitaneadas pelas grandes empresas multinacionais, que passaram a dispensar grandes contingentes de trabalhadores.[2]

Neste contexto de mercados globalizados e reduzida atuação estatal no plano nacional, foi legado aos entes subnacionais uma corrida pela *"integração competitiva"* às cadeias globais de valor (CGVs), em que a dotação de recursos e os incentivos fiscais faziam sua sorte. Essa *"integração competitiva"* foi a forma de inserção passiva da economia brasileira na economia globalizada, reforçando a concentração espacial da atividade produtiva, desconectando os encadeamentos regionais da indústria e tensionando para uma reprimarização da pauta de exportações. Como afirma Tania Bacelar de Araujo (1999, p. 145), "entregue apenas às próprias decisões do mercado, a dinâmica regional tende a exacerbar seu caráter seletivo, ampliando fraturas herdadas. Tende a desintegrar o país".

3 ASPECTOS DA INDÚSTRIA NA RMSP

Ainda que haja certo consenso entre grande parte dos estudiosos da economia regional e urbana de que o processo de desconcentração espacial da indústria brasileira, a partir dos anos 1970, deveu-se a uma perda relativa do dinamismo da RMSP (Azzoni, 1986; Diniz, 1993; Pacheco, 1996; Cano, 2007), há diferentes interpretações e controvérsias sobre as motivações e o peso efetivo da RMSP na promoção do espraiamento territorial da indústria no Brasil.

Assim como os países podem deslocalizar sua produção industrial em busca de matérias-primas e mão de obra barata, especializando sua própria produção em setores baseados em ciência e serviços sofisticados,[3] ocorre que regiões de um mesmo país podem se desenvolver industrialmente e que suas firmas passem a reorientar sua alocação de recursos pelo território, otimizando a produção dentro de uma racionalidade microeconômica. Isso se torna particularmente relevante em um país de dimensões continentais como o Brasil, rico e diversificado em recursos naturais e socialmente desigual.

Os dados disponíveis mostram que a cidade de São Paulo passou por um processo de especialização em serviços sofisticados, complementares e associados à indústria, como nos segmentos de *marketing* e publicidade, tecnologia da informação e comunicação, serviços financeiros, concentração de polos tecnológicos, de pesquisa, inovação e serviços educacionais, além de abrigar sedes/escritórios administrativos de grandes companhias nacionais e estrangeiras, o que exige um mercado de trabalho especializado.

---

2. Os dados e a contextualização teórica do debate trazidos por André Nassif (2008, p. 78-80) mostram aumento da produtividade na indústria de transformação no período entre 1990 e 1998, sugerido pela incorporação de bens de capital (possibilitado pela abertura comercial acima referida), pelas novas técnicas produtivas e a consequente redução do fator trabalho, o que estatisticamente aumenta o produto por trabalhador ocupado. Embora o autor negue a existência, pelo menos até 2006, do fenômeno da desindustrialização, tese que não parece sustentável, o presente ensaio não adentrará no tema.
3. Para uma leitura sobre os processos de desindustrialização positiva, ver Feijó e Oureiro (2010). Uma interpretação crítica sobre a divisão internacional e regional do trabalho é feita por Oliveira (2008).

Este fenômeno pode ser entendido como resultante da aglomeração urbana ocorrida na capital paulista e, em decorrência desta, da posterior manifestação de deseconomias de aglomeração, o que possibilitou um hibridismo entre os setores econômicos. A literatura da economia regional e urbana caracteriza as economias de aglomeração em economias de *escala, localização e urbanização* (Diniz, 1993, p. 39). Estes três aspectos concorrem juntos, sendo que: *i)* a escala de produção das firmas; *ii)* sua localização estratégica próxima a fornecedores, clientes, mercado de trabalho especializado e outras firmas do ramo (eventualmente ocasionando *spillover effects*); e *iii)* a diversificação das atividades econômicas típicas de regiões urbanizadas, suportadas pela existência de infraestrutura econômica, configuram uma coesão de fatores que elevam a produtividade das empresas, reduzindo seus custos.

É a partir do adensamento das economias de aglomeração que as *deseconomias* se manifestam. Os custos passam a ser pressionados, criando desvantagens na concentração geográfica da produção. As principais razões para isto são: *i)* custos ambientais e restrições legais; *ii)* renda da terra, que tende a subir e pressionar os aluguéis; *iii)* saturação da infraestrutura, principalmente de transportes, ocasionando tempo improdutivo nos congestionamentos e dificultando a circulação de mercadorias e trabalhadores (tanto pela periferização dos mesmos, ocasionada pela elevação no preço dos aluguéis e acesso à moradia, quanto pelo tempo de deslocamento das mercadorias e custos adicionais daí resultantes, pressionando os fretes); e *iv)* pressões sindicais e salariais, já que as aglomerações tendem a criar um mercado de trabalho especializado e organizado nas regiões.

Assim, há inicialmente um movimento *centrípeto*, que tende a concentrar a atividade industrial no território devido às vantagens locacionais, e um *centrífugo*, derivado do esgarçamento dessas condições de atração.

Duas abordagens tornaram-se clássicas para avaliar o movimento da desconcentração produtiva brasileira, ambas tendo como ponto de partida a RMSP e seu poder de impulsionar a reversão da polarização industrial. A primeira delas é a desenvolvida por Carlos Roberto Azzoni (1986), que destaca um campo aglomerativo da indústria, denominado de macrometrópole paulista, formado no entorno da RMSP, em um raio de 150 km a partir da cidade de São Paulo. Dentro desta abordagem, a capital paulista tem o papel de centro-radial, visto que promove uma "desconcentração concentrada" em seu entorno, em que as indústrias buscam se beneficiar da proximidade com a região sem incorrer nas deseconomias derivadas dela, favorecendo cidades médias como Campinas e São José dos Campos. Como bem resumida por Abdal (2017), esta macrometrópole constitui:

> um amplo espaço econômico territorialmente integrado e inscrito em uma mesma dinâmica econômica. É intensivo em atividades industriais que lidam mais diretamente com tecnologia e se beneficia da centralidade exercida pela capital paulista (Abdal, 2017, p. 111).

A segunda abordagem é a desenvolvida por Clélio Campolina Diniz (1993), que aponta para o "desenvolvimento poligonal" da indústria. Esta tese consiste em afirmar que, a partir dos anos 1970, formou-se um espaço que concentra o movimento da ocupação industrial, iniciando-se em Belo Horizonte e passando por Uberlândia, Londrina/Maringá, Porto Alegre, Florianópolis, São José dos Campos e se fechando novamente em Belo Horizonte. Para o autor, essa concentração espacial explica-se: *i)* pela perda do dinamismo da RMSP, devido às deseconomias de aglomeração; *ii)* pelo papel do Estado durante os anos 1970 como indutor dos investimentos, principalmente nos de infraestrutura econômica, somado

às políticas de incentivos ficais, o que possibilitou maior integração dos mercados; *iii)* pelo deslocamento da fronteira agromineral no sentido de novas regiões com recursos naturais, possibilitando o desenvolvimento das mesmas; *iv)* pela concentração social e espacial da renda, que retém o poder de compra e pesquisa em regiões de maior base econômica; e *v)* pela maior concorrência empresarial, decorrente da integração do mercado via infraestrutura, contribuindo para a desconcentração geográfica da produção (Diniz, 1993, p. 35).

A metodologia adotada para a definição do desenvolvimento poligonal consistiu em determinar as aglomerações industriais relevantes (AIRs) no território nacional. Isto é, foram selecionadas, a partir dos dados da Rais, as microrregiões homogêneas com 10 mil ou mais trabalhadores empregados na indústria. Esta análise, tal como a de Azzoni (1986), constatou uma tendência de desconcentração a partir da RMSP, que passou a perder progressivamente sua posição relativa no emprego e na produção industrial.

Tendo em vista que a RMSP, embora em trajetória de queda desde 1970, ainda se apresenta como a principal região aglomerativa do emprego e da atividade industrial no Brasil, pretende-se analisar sua dinâmica interna, observando a interação da cidade de São Paulo com os demais municípios de sua RM, que se beneficiam tanto dos efeitos centrífugos da capital quanto de sua proximidade com esta. Para isso, será adotada metodologia semelhante à utilizada por Diniz e Crocco (1996), analisando-se os dados do emprego e da indústria na Mesorregião Metropolitana de São Paulo (MMSP).

4 MOVIMENTO DA INDÚSTRIA E DO EMPREGO NA RMSP

Por meio da Rais foram obtidos os números de empregos e estabelecimentos industriais dos 45 municípios que compõe a MMSP entre 2000 e 2015.[4]

A Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi adotada na Rais no ano de 1994. Em 2002, uma nova versão (CNAE 1) é implementada, sendo perfeitamente compatível a dois dígitos com a versão anterior. Em 2005 essa classificação é mais uma vez alterada (CNAE 2). Foi feita a compatibilização dos códigos das versões 1 e 2 da CNAE, fornecida pelo IBGE, para selecionar as indústrias de transformação e de extração a dois dígitos ("divisão", códigos de 05 ao 33).

Atualizando o recorte geográfico das AIRs em relação ao aplicado por Diniz e Crocco (1996), que utilizaram as microrregiões homogêneas, utiliza-se aqui como nível de desagregação as mesorregiões geográficas, agrupação resultante do esforço de revisão territorial do IBGE, no intuito de conferir maior consistência às análises das dinâmicas socioeconômicas e culturais recentes das regiões brasileiras. Para situar a posição da MMSP no conjunto das mesorregiões

4. Além dos 39 municípios da RMSP presentes na MMSP, os seis municípios pertencentes à Microrregião de Santos também são agregados a esta, fazendo com que a MMSP conte com 45 municípios. Isso ocorre porque a Constituição Federal de 1988 facultou aos Estados a instituição das Regiões Metropolitanas, criadas por lei complementar estadual, com a finalidade de melhor organizar o planejamento e a execução orçamentária em atividades com funções públicas de interesse comum às localidades. Desta maneira, a determinação dos municípios que compõem as Regiões Metropolitanas passa pelas Assembleias Legislativas estaduais e dá-se por um ato político-administrativo. De maneira diversa, o IBGE modela suas regionalizações com base nos dados e pesquisas sobre as dinâmicas socioeconômicas das cidades, considerando a hierarquia de suas redes de influência e o nível de interação entre elas, não se caracterizando estes recortes em institucionalidades. Neste ensaio, considera-se que a regionalização do IBGE é a mais adequada para o entendimento dos fenômenos metropolitanos, inclusive possibilitando a compatibilização metodológica da análise para comparação entre regiões brasileiras.

com 10 mil ou mais trabalhadores empregados na indústria e a representatividade das AIRs na produção industrial brasileira, foi feita a seleção a dois dígitos da CNAE das mesmas para anos selecionados. A MMSP, enquanto AIR, liderou em números absolutos durante todo o período, mas apresentou persistente perda de participação em termos relativos (tabela 1).

TABELA 1
AIRs e MMSP no total do emprego e firmas industriais no Brasil

Ano	AIRs	Indústria		Emprego	
		AIRs/Brasil (%)	MMSP/Brasil (%)	AIRs/Brasil (%)	MMSP/Brasil (%)
2000	78	94,13	15,78	95,91	18,80
2005	82	94,38	14,32	96,37	16,33
2010	92	96,06	13,22	97,60	14,98
2015	94	95,75	11,68	97,48	12,86

Fonte: Rais/MTE.
Elaboração do autor.

É possível observar a grande relevância das AIRs na produção industrial do país. Em 2015, elas respondiam por 97,5% dos empregos e por 95,7% das firmas industriais do Brasil, estando distribuídas por 94 mesorregiões, o que demonstra a expressiva concentração espacial da produção. Entre as vinte maiores AIRs de 2015, quinze encontravam-se dentro da área do polígono industrial destacada por Diniz, estando seis delas no estado de São Paulo.

A diferença entre a MMSP e a segunda maior AIR caiu lentamente com os anos. Se no ano 2000 a MMSP representava 19,6% do total de empregos contidos nas AIRs, a segunda colocada, a Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre (MMPA), representava 5,74% dos empregos das AIRs. Em 2005, essa relação foi de 17% para a MMSP e 5% para a MMPA e, em 2010, de 15,3% e 4,4%, respectivamente. Em 2015, a mesorregião de Campinas toma o lugar da MMPA e aparece na segunda colocação, representando 4,3% do total de empregos, enquanto a MMSP aparece com 13,2% (tabela 2).

TABELA 2
Posição e participação no emprego das AIRs das cinco maiores aglomerações industriais

Mesorregião	2000		2005		2010		2015	
	Ranking	Emprego (%)	*Ranking*	Emprego (%)	*Ranking*	Emprego (%)	*Ranking*	Emprego (%)
Metropolitana de São Paulo	1º	19,60	1º	16,94	1º	15,35	1º	13,20
Metropolitana de Porto Alegre	2º	5,73	2º	5,04	2º	4,41	3º	4,04
Metropolitana do Rio de Janeiro	3º	4,97	4º	4,12	5º	3,81	5º	3,71
Campinas	4º	4,62	3º	4,44	3º	4,35	2º	4,28
Metropolitana de Belo Horizonte	5º	3,84	5º	4,03	4º	4,08	4º	3,93

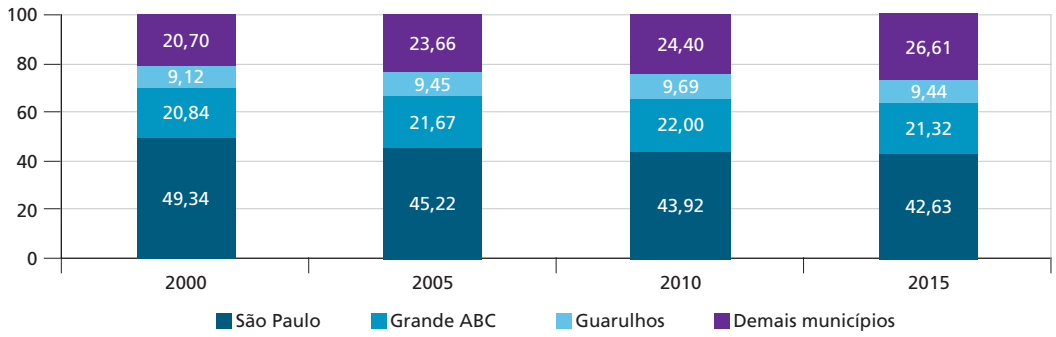
Fonte: Rais/MTE.
Elaboração do autor.

A RMSP detinha uma participação de 34% e 44%, respectivamente, no emprego e na produção industrial em 1970. Passou para 20% e 29% em 1985 e, em 1991, teve novamente uma queda acentuada no emprego, chegando a 22% (Diniz e Crocco, 1996, p. 84).

Em 2000, a região registrou um decréscimo de 3 pontos percentuais (p.p.) em relação a 1991, alcançando 18,8% de participação, segundo os dados da Rais. Esse ritmo menor na intensidade da queda de participação da RMSP nos anos 1990 pode ser interpretado como parte de um contexto econômico em que todo o setor industrial passou a sofrer modificações importantes, apresentando baixas taxas de crescimento e redução da participação no produto. Assim, tanto o dinamismo da acumulação industrial quanto sua dinâmica sobre o território foram comprometidos pela redução dos investimentos, seja para a ampliação/renovação das unidades industriais, seja para a abertura de novas unidades ou para seu deslocamento.

Analisando mais detidamente a dinâmica intrarregional da MMSP, a concentração do emprego na cidade de São Paulo é, tal como o número de empresas, bastante elevada, respondendo, na média para o período, por 45,28% dos empregos industriais, embora apresentando um persistente declínio ao longo dos anos. Entre 2000 e 2015, a cidade de São Paulo perdeu 6,71 p.p. do total de empregos na indústria da MMSP, enquanto esta, excluindo-se a própria São Paulo, o Grande ABC e Guarulhos (que apresentaram taxas relativamente estáveis), cresceu 5,91 p.p. (gráfico 1).

GRÁFICO 1
Participação do emprego industrial na MMSP
(Em %)



Fonte: Rais/MTE.
Elaboração do autor.

Seguida da capital, é possível observar a expressiva presença do emprego industrial nas cidades de Guarulhos (9,38%, na média para o período) e do Grande ABC paulista: São Bernardo do Campo (8,78%), Diadema (5,07%), Santo André (2,80%), Mauá (2,09%) e São Caetano do Sul (1,97%), além das menos expressivas Ribeirão Pires (0,71%) e Rio Grande da Serra (0,12%).

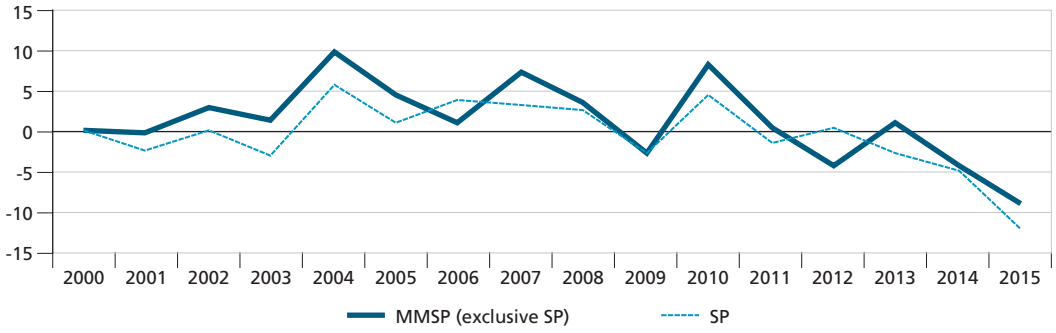
Os dados indicam que o emprego industrial continua, na MMSP, concentrado nas regiões tradicionais da indústria, tendo um espraiamento tímido, mas real, ao longo dos anos, com todos os demais municípios da MMSP crescendo de forma difusa com a saída do emprego e da indústria da cidade de São Paulo.

Entre 2000 e 2015, o saldo na MMSP foi de 50.162 empregos industriais, enquanto a cidade de São Paulo perdeu 39.179 empregos na indústria no mesmo período. Os municípios da MMSP, exclusive São Paulo, geraram 89.341 empregos, sinalizando que a atividade industrial foi mais intensa fora da capital.

Apenas entre 2013 e 2015 a cidade de São Paulo perdeu 95 mil empregos industriais, enquanto os demais municípios da região perderam 76 mil. Sozinha, a capital paulista respondeu por 56% das demissões do setor no período.

A variação percentual do emprego entre a cidade de São Paulo e sua RM indica um comportamento sincronizado, com a capital paulista crescendo menos e perdendo mais nas oscilações do emprego do que sua mesorregião (à exceção do ano de 2012), como mostra o gráfico 2.

GRÁFICO 2
Variação do emprego na MMSP
(Em %)



Fonte: Rais/MTE.
Elaboração do autor.

Quanto ao número de firmas industriais na MMSP, é possível observar um declínio mais acentuado a partir de 2013, ano em que os sintomas da crise brasileira passaram a ser mais evidentes. Entre 2013 e 2015, a MMSP fechou 2.243 firmas industriais, enquanto só a cidade de São Paulo fechou 2.113 no mesmo período, respondendo por 94% desta perda.[5]

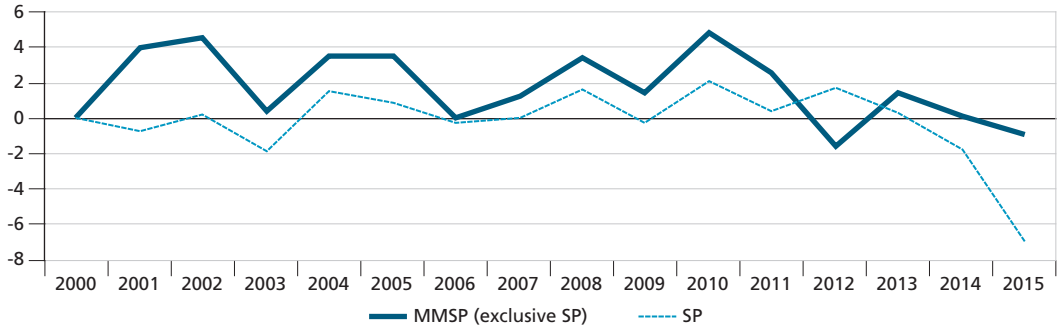
Quando se observa a taxa de variação no número de firmas na cidade de São Paulo e sua mesorregião, é possível notar um crescimento menor da primeira em relação à segunda, com um movimento de queda na participação mais acentuado a partir de 2013. Enquanto a MMSP (exclusive São Paulo) cresceu em média 2,7% entre 2000 e 2006, a cidade de São Paulo teve decréscimo de 0,3% no número de firmas industriais. Entre 2007 e 2013 (período aqui considerado de ascensão da atividade), a cidade de São Paulo cresceu 0,85%, enquanto a MMSP (exclusive São Paulo) cresceu 1,91%, com a capital representando 45% do total de firmas industriais abertas no período (gráfico 3).

5. É importante pontuar que os números para os estabelecimentos industriais, se comparados com divulgações feitas pelo IBGE na Pesquisa Industrial Anual (PIA), apresentam grandes diferenças. Enquanto o IBGE aponta para a existência de 36.078 indústrias extrativas e de transformação no Brasil no ano de 2015, a base da Rais aponta para 37.744 firmas desses tipos apenas na MMSP. Isso ocorre porque, para publicações com dados mais desagregados da PIA, a metodologia utilizada pelo IBGE considera apenas indústrias com trinta ou mais trabalhadores empregados. Isso revela a grande participação que as micro e pequenas empresas desempenham na economia brasileira, além de seu alto índice de natalidade e mortalidade. Para a Rais, consideramos indústrias com um ou mais trabalhadores ativos e que não contenham um Cadastro Específico do INSS (CEI) vinculado, o que caracterizaria um trabalhador por conta própria ou atividades econômicas fora do escopo em análise.

GRÁFICO 3

Variação na quantidade de indústrias da MMSP

(Em %)



Fonte: Rais/MTE.
Elaboração do autor.

Esses números mostram que o movimento ascendente na quantidade de indústrias da MMSP entre 2007 e 2013 ocorreu com maior intensidade fora da capital, nos demais municípios da mesorregião, com a redução no número de firmas atingindo de forma mais contundente a cidade de São Paulo entre 2013 e 2015. É importante notar que esta última concentrou, na média entre 2000 e 2015, 63% das firmas industriais da MMSP, mantendo grande presença na dinâmica do setor na região.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise a partir dos dados da Rais entre 2000 e 2015 para a MMSP corrobora parcialmente com a literatura especializada, que afirma que os movimentos de maior espraiamento da indústria e do emprego industrial ocorrem nos períodos de crescimento econômico do país.

Somado a isso, os efeitos centrípetos decorrentes das deseconomias de aglomeração na cidade de São Paulo parecem exercer influência considerável sobre o deslocamento das firmas e do emprego industrial nos demais municípios da MMSP. Ainda assim, é possível observar a preponderância da cidade de São Paulo na concentração da indústria e dos empregos industriais. Enquanto a capital paulista apresenta uma menor taxa de crescimento de firmas e empregos nos períodos de expansão econômica, também apresenta acentuada queda de participação nos momentos de crise, o que, nesse sentido, contraria algumas teses que observam um movimento de reconcentração produtiva em momentos de turbulência econômica nas principais aglomerações já estabelecidas.

Alguns fatores podem ser levantados para ajudar a explicar este fenômeno: o perfil das firmas que se localizam na capital e seu grau de intensidade tecnológica, que tende a ser maior e poupadora de fator trabalho, beneficiando-se com os efeitos das economias de aglomeração; os incentivos fiscais oferecidos por municípios da RM, que atraem as empresas da capital que sofrem em algum grau com as deseconomias de aglomeração, acentuando a queda de participação desta e atenuando a da RM; efeitos de "ilusão estatística", quando as indústrias, e mais intensivamente nos períodos de crise, terceirizam trabalhadores e departamentos como política de corte de custos, o que faz com que os dados oficiais contabilizem empregos originariamente da indústria no setor de serviços; e, por fim, a irreversibilidade dos efeitos das deseconomias na capital paulista para determinados segmentos da indústria, que não a veem mais como opção.

Fica claro que a RMSP vem perdendo fôlego em sua participação nas variáveis aqui privilegiadas, embora sua relevância ainda seja grande tanto quando comparada a outras AIRs no recorte mesorregional quanto com a atividade industrial como um todo.

Concomitantemente, a cidade de São Paulo vem demonstrando lenta perda de participação no emprego e no montante de firmas industriais, permanecendo como principal irradiadora da atividade para sua RMSP. Esse processo decorre de sua urbanização e mudança estrutural da atividade econômica, que não pode ser entendida como de simples repulsão à indústria, mas como relação de complementariedade e diversificação de produtos e serviços, fenômeno comum às cidades globais como São Paulo.

REFERÊNCIAS

ABDAL, Alexandre. Desenvolvimento regional no Brasil contemporâneo. **Revista Novos Estudos**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 107-126, 2017.

ARAUJO, Tania Bacelar de. Por uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 30, n. 2, p. 144-161, 1999.

AZZONI, Carlos R. **Indústria e reversão da polarização no Brasil**. São Paulo: USP, 1986.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Unicamp, 1998.

_____. **Desconcentração produtiva regional do Brasil**. São Paulo: Unesp, 2007.

DINIZ, Clélio C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 35-64, 1993.

DINIZ, Clélio C.; CROCCO, Marco A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. **Revista Nova Economia**, v. 6, n. 1, p. 77-103, 1996.

FEIJÓ, Carmem A.; OUREIRO, José Luis. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2, p. 219-232, 2010.

NASSIF, André. Há evidências de desindustrialização no Brasil? **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 72-96, 2008.

OLIVEIRA, Francisco. **Noiva da revolução/elegia para uma re(li)gião**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

PACHECO, Carlos A. Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 6, p. 113-140, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, p. 831-851, 2012.

FURTADO, Celso. **Economia do desenvolvimento**. São Paulo: Contraponto, 2008.

SOBRINHO, Ednaldo Moreno G.; AZZONI, Carlos Roberto. **Aglomerações industriais relevantes no Brasil**. São Paulo: USP, 2014. (Texto para Discussão Nereus/USP 07-2014).

SQUEFF, Gabriel Coelho; DE NEGRI, Fernanda. Produtividade do trabalho e mudança estrutural no Brasil nos anos 2000. *In*: DE NEGRI, Fernanda; CAVALCANTE, Luiz Ricardo (Orgs.). **Produtividade no Brasil**: desempenho e determinantes. Brasília: Ipea, 2014. v. 1.